

7.6. Programa de Uso Público

7.6.1. Introdução³⁴

Em todo o mundo, desde meados do século XX, o ponto de vista conservacionista tomou força somando a necessidade de sensibilizar e educar os visitantes para a conservação e a preservação, resultando em conceitos amplamente aceitos, onde a visitação em áreas protegidas é entendida como atividade educativa, recreativa e de interpretação ambiental, propiciando ao visitante a oportunidade de conhecer, entender e valorizar os recursos naturais e os recursos culturais existentes nessas áreas (IBAMA/GTZ, 1999 *apud* MMA, 2005). Nos últimos anos, no Brasil, observações empíricas indicam que as atividades em contato com os ambientes naturais têm aumentado tanto em relação às modalidades, como em relação ao número de praticantes. Esta realidade tem demandando o estabelecimento de diretrizes e normas para que a visitação seja realizada de maneira adequada, respeitando um dos principais objetivos das áreas protegidas: a conservação da natureza (MMA, 2005).

O conceito de uso público aplicado às unidades de conservação, atualmente gerenciadas pelo SIEFLOR, começa a tomar a forma atual na década de 1970 e visou atender às demandas para a utilização social de suas florestas, para atividades de educação ambiental com professores e estudantes e de recreação para a população em geral. Posteriormente foram elaboradas diretrizes com a finalidade de normalizar, sistematizar e direcionar as diversas atividades que integravam o "Programa de uso público das unidades de conservação do Instituto Florestal". Em 1986, um Grupo de Educação Ambiental foi criado, com a finalidade de estabelecer diretrizes, realizar diagnósticos e planejamento para o Programa de Uso Público do Instituto Florestal (TABANEZ & ROBIM, 2005).

A partir de então, as atividades de uso público, com ênfase à educação ambiental foram se desenvolvendo na maioria das unidades de conservação, contudo, ainda hoje é preciso que se consolidem conceitual e operacionalmente.

No âmbito do planejamento, a proposição de linhas de pesquisa científica para um Programa de Uso Público do IF, em 2005, que subsidiassem e avaliassem os impactos de ações educativas na integração da sociedade com as áreas naturais, no despertar da consciência crítica em relação à conservação do patrimônio natural, cultural e histórico, demonstra a abrangência deste tema. Porém, sua implementação ainda não se deu institucionalmente, e estas intenções se refletem nas ações pontuais desenvolvidas pelos gestores das UCs, em projetos especiais ou mesmo em suas rotinas de trabalho.

Mesmo com todos os esforços empreendidos até o momento, muitas unidades de proteção integral ainda têm sido consideradas pelos gestores municipais e populações locais como um entrave ao desenvolvimento regional devido às restrições de uso direto e à pouca relevância do uso indireto, ainda que estes municípios recebam uma

³⁴ Adaptado do Plano de Manejo de Carlos Botelho

compensação financeira através da Lei Estadual nº 9.146/95, conhecida como “ICMS Ecológico”. A proteção efetiva das UCs requer o envolvimento da opinião pública e seu comprometimento na conservação do patrimônio natural e nas possibilidades de promoção social e desenvolvimento local. Portanto, os processos educativos dirigidos a públicos bastante amplos e diversificados desempenham papel fundamental.

A situação econômica das populações do entorno e as dificuldades de gestão da visitação nas áreas protegidas, estimularam nos anos 90 a aceitação do modelo que tenta oferecer opção de renda para parte da população condicionando à visita a contratação de um monitor ambiental. Esta abordagem traria um triplo benefício: o ordenamento da visitação nas UCs, a oferta de atividades de lazer aos visitantes e, a possibilidade de alternativas de renda para a comunidade do entorno, tais como novas oportunidades de negócios e emprego. Esta visão tem como reflexo institucional a Resolução SMA 032/98, que não chegou a ser totalmente implementada.

Outra iniciativa da SMA foi a elaboração das Diretrizes para uma Política Estadual de Ecoturismo. Tendo como base as Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, desenvolvidas em 1994 pela Embratur e IBAMA. A Política de Diretrizes Estadual foi lançada oficialmente em 1997; nela se estabelecem princípios básicos para a atividade, que ainda hoje são perseguidos, mas não alcançados em sua totalidade: uso sustentável dos recursos naturais, manutenção da diversidade biológica e cultural, integração do turismo no planejamento, suporte às economias locais, envolvimento das comunidades locais, consulta ao público e aos atores envolvidos, capacitação de mão-de-obra, marketing turístico responsável, redução do consumo supérfluo e do desperdício e desenvolvimento de pesquisa.

Apreende-se, portanto, que, apesar de muitas UCs estarem abertas à visitação há muito tempo, ainda não foram plenamente estabelecidos e detalhados os parâmetros de como gerir e conduzir institucionalmente o tema “uso público”. Ao longo das últimas quatro décadas foram implantados instrumentos de ordenamento das áreas, como infraestrutura básica, estacionamentos, portarias, lanchonetes ou outros equipamentos para dar algum tipo de suporte à visitação, porém, sem uma diretriz institucional que abarque todo o sistema de unidades de conservação e oriente as tomadas de decisão por parte dos responsáveis por unidades em suas rotinas de trabalho.

7.6.2. O turismo em Pariquera Açu

Situado a meio caminho entre São Paulo e Curitiba, a 29 Km de Registro (Mapa 2), o município de Pariquera-Açu apresenta elementos da atividade turística desde os primórdios de sua história quando já na primeira metade do século XVI, os portugueses, em busca das riquezas do vale do Ribeira, fundaram a Pousada Guaricana, às margens do rio Pariquera-Açu.

A pousada foi se transformando em aldeia, utilizada por comerciantes que subiam a serra, tornando-se parada obrigatória para o pernoite. Já em 1895, com o incentivo governamental, foi fundada a Colônia Pariquera-Açu, para abrigar imigrantes europeus

que chegavam ao país. Poloneses, italianos, húngaros, alemães e suíços começaram então a trabalhar na agricultura, abrindo caminho para o desenvolvimento da região.

Atualmente, com pouco mais de 20 mil habitantes, Pariquera tem na agricultura a sua base econômica, fundamentada na fruticultura do maracujá, da mexerica e da banana. O turismo ambiental emerge como uma opção de desenvolvimento econômico e social, dada as belezas naturais do vale do Ribeira, de Pariquera-Açu e do Parque Estadual da Campina do Encantado.

Além do parque, Pariquera abriga outros atrativos como a Casa de Pedra, construída em 1905 por imigrantes alemães; os rios Ribeira de Iguape, Pariquera-Mirim e Jacupiranga, que possibilitam a atividade de pesca esportiva; as encostas da Serra do Mar, recobertas de florestas com as cachoeiras do Cipó e Pariquera e as aldeias indígenas Guarani. Relacionadas ao turismo rural, Pariquera oferece a possibilidade de visita a antigas fazendas produtoras de chá e maracujá, bem como da pecuária bubalina (leite de búfala).

Dentre os eventos que ocorrem no município se destacam a Festa das Nações, em maio, com música, dança, vestuário e comida típica relacionadas à colonização; a Festa de São Paulo Apóstolo - padroeiro da cidade, em julho; a Festa do Peão de Boiadeiro e o Baile do Havaí realizadas em setembro e dezembro. Das supracitadas, a primeira merece relevância pelo seu alcance regional e potencial de valorização da história e cultura locais, com aproximadamente dez restaurantes e *stands* variados, tendo recebido aproximadamente 14 mil visitantes em sua última versão.

A Associação de Monitores Ambientais "Vidas Verdes" presta serviços de recepção e monitoria, atuando em diversos pontos de visitação do município: Parque Estadual da Campina do Encantado, Parque Municipal Casa de Pedra e Aldeia Indígena, mediante agendamento prévio.

No âmbito regional destaca-se a implantação do Projeto de Pólo Ecoturístico do LAGAMAR. Coordenado pela Fundação SOS Mata Atlântica, com o apoio da Embratur e em parceria com a iniciativa privada e comunidade local, tendo por objetivo desenvolver o ecoturismo nos municípios de Iguape, Ilha Comprida, Pariquera Açu e Cananéia, com base na utilização sustentável dos recursos naturais.

Desenvolvido entre 1995 e 1998 o projeto foi reativado em 2006. Segundo a SOS Mata Atlântica o projeto obteve os seguintes resultados: (i) ajudou a organizar o "trade" emissivo, composto por quase 30 agências profissionais, mostrando a importância de um trabalho conjunto, onde o associativismo parceiro é melhor que a concorrência competitiva; (ii) auxiliou na conscientização da população local, que passou a ver a importância do turismo para o desenvolvimento regional, segundo os ditames da sustentabilidade; (iii) mostrou aos órgãos do Poder Público que a iniciativa privada pode e deve colaborar com a conservação ambiental, tornando-se co-responsável pelo cumprimento e implantação das normas restritivas, ditadas pela capacidade de suporte e pela monitoria dos impactos; (iv) delineou a direção a ser tomada pela sociedade civil organizada, na participação e fomento da capacitação profissional, como única saída para o crescimento qualitativo da indústria turística; e (v) mostrou a importância do terceiro setor no planejamento, ordenação e execução

de planos de planejamento estratégico, em parceria com o Poder Público e a Iniciativa Privada.

7.6.3. O turismo no Parque Estadual da Campina do Encantado

O programa de Uso Público no Parque Estadual Campina do Encantado iniciou-se em 2001 após a inauguração do centro de visitantes, projeto financiado pelo PPMA. O número de visitantes passou de zero em 2000 para mais de três mil em 2001, tendo diminuído progressivamente ao longo dos anos, conforme demonstra a figura 74. As causas desta redução podem ser atribuídas em parte à novidade do atrativo e dificuldades de acesso ao principal atrativo – o fogo da campina - e em parte às dificuldades em manter o programa de visitação de escolares, dependente de parceria com a Prefeitura para o transporte dos alunos.

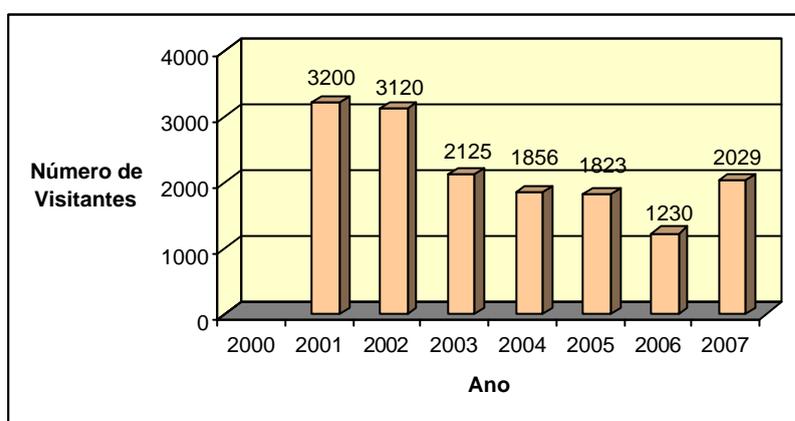


Figura 74. Número de visitantes no PE da Campina do Encantado nos anos 2000 a 2007

O acesso ao PE da Campina do Encantado se dá por estrada de terra batida, apresentando uma compactação razoável e possibilitando a acessibilidade mesmo em períodos chuvosos. Toda infra-estrutura para visitação no PECE encontra-se concentrada no setor leste do parque, distante a 16 km do núcleo urbano de Pariqueira-Açu. O setor oeste, ao final da trilha da Campina, conta com um píer e uma guarita destinada ao Programa de Proteção, com potencial de melhor aproveitamento no Programa de Uso Público, contanto que haja investimento do PECE em ações de planejamento e adequações, sobretudo no píer.

7.6.4 A Educação Ambiental no PE da Campina do Encantado

As atividades decorrentes do Programa de Uso Público, almejam, dentre outros objetivos, oferecer alternativa às economias das regiões onde atividades tradicionais, como a pequena agricultura familiar, o extrativismo, a pesca artesanal, entre outras, têm se mostrado insuficientes para a manutenção das populações. Essa alternativa não deve ser considerada como substituta daquelas atividades, mas sim como complementar às fontes de renda das comunidades do entorno da unidade de conservação, e são desenvolvidas por meio da capacitação, especialmente de jovens locais.

Um dos projetos que foi desenvolvido no PECE, durante alguns anos, nesta direção, se deu com a Associação “Vidas Verdes” que promovia a recepção e acompanhamento de visitantes à unidade. Os monitores, após serem capacitados, por meio de um curso de Monitoria Ambiental, prestavam serviços de qualidade ao visitante.

Atualmente o Parque Estadual da Campina do Encantado participa do programa Jovens EConscientes, de responsabilidade social e ambiental, da vertente Preservare do Instituto Elektro, e tem como objetivo a formação de lideranças para disseminar conceitos de sustentabilidade ambiental. Lançado em dezembro de 2006, o projeto atende 25 estudantes, entre 15 e 17 anos, e conta com dois núcleos - em Pariquera-Açu, no Vale do Ribeira, e em Teodoro Sampaio, no Pontal do Paranapanema, onde estão os menores IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano - Município) do Estado de São Paulo.

Em Pariquera-Açu a parceria se desenvolve com o Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira (IDESC), Parque Estadual Campina do Encantado, e com o apoio da Prefeitura Municipal de Pariquera-Açu e da Polícia Ambiental. Os jovens atendidos no projeto, são moradores do bairro Boa Vista, no entorno imediato do parque, e além da formação teórica, interagem com a comunidade por meio da distribuição de material educativo e visitas “eco-pedagógicas” nas escolas, parques, comunidades e outros eventos em geral.

7.6.5. O visitante do Parque Estadual da Campina do Encantado

A demanda de visitação para o PECE pode ser dividida em duas categorias: os estudantes e os visitantes espontâneos. O primeiro grupo é formado por escolas da região, principalmente do próprio município, que visitam o parque durante o período letivo para o desenvolvimento de atividades relacionadas a estudos ambientais. Normalmente se utilizam de ônibus cedidos pelas Prefeituras Municipais e permanecem no parque por cerca de 3 horas, comumente entre 9:00 e 12:00h. Em geral, percorrem as trilhas menores, realizando as refeições – com lanches que já trazem prontos - nas áreas próximas ao Centro de Visitantes. O fluxo desta categoria de visitante indicou um grande crescimento a partir de 2002 devido, sobretudo, a um acordo que a direção do PE da Campina do Encantado realizou com a Prefeitura de Pariquera Açu; atualmente não há este tipo de incentivo dificultando a visitação de escolares no PECE.

Já a visitação espontânea é proveniente, em sua grande maioria, de Pariquera, seguido de outros municípios do vale do Ribeira e até mesmo de outras regiões do estado de São Paulo e do Paraná, ocorrendo sempre aos finais de semana ou feriados prolongados. Grande parte deste público possui residência secundária (sítios, chácaras, etc.) nas proximidades do parque, e se mostram bastante interessado nos aspectos singulares do PE da Campina do Encantado. Verifica-se também que a visitação espontânea está aumentando ano a ano devido à divulgação da unidade, contudo, os registros existentes são esporádicos, o que não permite uma avaliação confiável, que possa subsidiar tomadas de decisões.

A Secretaria do Meio Ambiente do estado de São Paulo, priorizou o ecoturismo como um dos seus principais projetos ambientais. O objetivo é compartilhar com a sociedade a agradável experiência de visitar as áreas naturais protegidas. O Projeto Trilhas de São Paulo conta com 40 possibilidades de caminhadas, em diferentes unidades de conservação, entre elas a Trilha da Brejaúva no Parque Estadual da Campina do Encantado. O projeto teve início em setembro de 2008 e poderá influir no perfil do visitante do PECE, tendo em vista a sua ampla divulgação.

Os meses de menor visitação no PECE ocorrem durante o período de chuvas devido, principalmente, à impossibilidade de realização da Trilha da Campina e o excesso de mosquitos, o que determina uma demanda mais efetiva para o período de seca – maio a outubro.

7.6.6. Infra-estrutura do Programa de Uso Público

7.6.6.1. Centro de Visitantes

O Centro de Visitantes do PE da Campina do Encantado foi implantado em uma das áreas mais elevadas do parque – a 15 metros de altitude em relação ao nível do mar. É uma construção multifuncional, ampla e moderna, construída especialmente para esta finalidade.

O Centro de visitantes está estruturado da seguinte forma: área de serviços (lavanderia e cozinha), auditório e dormitórios (2 quartos com banheiro e um corredor com rouparia). A lavanderia é ampla e comporta, se necessário, a instalação de outros equipamentos. É composta de 2 armários com 4 prateleiras cada, utilizado para guardar produtos de limpeza em geral, 1 máquina de lavar roupa e 1 tanque de lavagem, completamente adequada à manutenção e limpeza do Centro de Visitantes e dos dormitórios.

O auditório é constituído por um salão e sanitários (masculino e feminino), devidamente equipado com televisão, vídeo, projetor de slides, retroprojetor, rádio VHF/UHF e lixeiras para coleta seletiva. O auditório possui capacidade de atendimento (simultâneo) para 40 pessoas que podem ser instruídas sobre procedimentos e atitudes em unidades de conservação e/ou participar de alguma atividade relacionada à educação ambiental. Esse espaço é ainda utilizado para eventos em geral – palestras, seminários, etc., ou ainda como alternativa de visitação em dias chuvosos – com vídeos, exposições, etc. O Mapa 8 mostra a infra-estrutura turística do Parque Estadual da Campina do Encantado, em escala 1:50.000, sendo que a área de visitação intensiva é apresentada em detalhe, em escala 1:10.000.

A edificação possui fossa séptica e poço artesianos, eletrificação rural permanente, linha telefônica (sistema monocal) e espaço para botijões de gás externo. Dentre as singularidades do projeto destacam-se a entrada, com um projeto adequado de paisagismo, e as janelas teladas contra mosquitos, bastante oportunas, principalmente no período das chuvas (Anexo 3).

7.6.6.2. Hospedagem e alimentação

A hospedagem é realizada em um dos dormitórios contíguos ao auditório, inserido na mesma estrutura do Centro de Visitantes. Atualmente é utilizado por funcionários, técnicos e pesquisadores do Instituto e da Fundação Florestal, em trânsito ou em projetos de pesquisa.

Embora concebido de modo multifuncional esta estrutura não tem se mostrado adequada, haja vista a proximidade física de técnicos e pesquisadores que se utilizam dos alojamentos com as estruturas de recepção dos visitantes. Os objetivos destas atividades são demasiadamente distintos, sendo recomendável a construção de estrutura de hospedagem independente para as atividades técnico-científicas.

A infra-estrutura e os equipamentos de alimentação estão instalados em duas áreas: a cozinha no Centro de Visitantes e a churrasqueira próxima ao lago. A cozinha está posicionada entre a lavanderia e o auditório, e contém os equipamentos básicos para sua utilização (Anexo 3). A churrasqueira será detalhada posteriormente no item equipamentos de recreação e lazer.

7.6.6.3. Outras instalações

Equipamentos de Lazer e Recreação

Em relação aos equipamentos de lazer e recreação, identificou-se que não existe atualmente no Parque Estadual da Campina do Encantado uma estrutura apropriada para esta função, contudo o parque disponibiliza alguns equipamentos relacionados a recreação como por exemplo a churrasqueira. Há projetos de instalação de novos tipos de equipamentos como um mirante sobre a caixa d'água e a implantação de equipamentos destinados ao público infantil – direcionados às diversas escolas que visitam a unidade (Figs 75 e 76).



Figuras 75 e 76. Churrasqueira

Sanitários

Na estrutura receptiva, o PE da Campina do Encantado conta, ao todo, com 6 sanitários. Destes, quatro situam-se no Centro de Visitantes e os outros dois próximos à churrasqueira (Fig. 77).

O número de sanitários para o atendimento atual está bastante adequado, mas entende-se que haverá a necessidade de sua ampliação frente ao estímulo ao Programa de Uso Público do parque.



Figura 77. Sanitário

Viveiro

O viveiro foi implantado em 1998 com os objetivos de produção de mudas nativas para a recuperação de áreas degradadas no interior e entorno da unidade, além de atender às atividades de educação ambiental, conforme ocorre atualmente com o projeto Jovens ECOnciente (Figs. 78 e 79). O viveiro possui capacidade de produção de 10 mil mudas/ano, contudo otimizando-se o espaço e se utilizando das sombras das árvores pode chegar a produzir 60 mil mudas/ano.



Figuras 78 e 79. Viveiro de mudas nativas

Mapa 8. Infra-estrutura e atrativos turísticos do Parque Estadual da Campina do Encantado

Estacionamento

O estacionamento está localizado na entrada do parque e, apesar de não estar concluído, já vem sendo utilizado pelos ônibus que trazem as escolas à unidade, tendo em vista que tais veículos não conseguem manobrar nas proximidades do Núcleo de Visitantes. O espaço utilizado com estacionamento é adequado tanto no espaço quanto na localização, devendo haver esforços para sua finalização.

Atracadouro

O atracadouro do rio Pariquera Açú localiza-se ao final da trilha da Campina, no setor leste do PECE. Eventualmente, é utilizado por pequenos grupos, que chegam de barco, pelo rio Pariquera-Açú, e desejam visitar a turfeira. Apesar de sua excelente posição, encontra-se em estado precário necessitando, portanto, de uma nova construção melhor adequada para atividades de visitação pública.

Estruturas não implementadas: Camping

Não existe atualmente no Parque Estadual da Campina do Encantado uma estrutura organizada para camping, embora, eventualmente, um terreno limpo, com sanitários e chuveiro próximo seja utilizado para montagem de barracas por grupos de escolares e escoteiros. Há um projeto de instalação deste tipo de hospedagem próxima à área destinada à recreação e lazer.

A opção de instalação de uma área de camping em áreas protegidas pode ser interessante como forma de hospedagem. Contudo, esta área deve ser estruturada para que ocorra de forma coerente com os objetivos de uma unidade de conservação, com a instalação de banheiros amplos, área para limpeza de louça, etc., e principalmente um adequado sistema de saneamento, abastecimento de água e infraestrutura de pessoal para salvaguardar os visitantes durante toda sua permanência na unidade.

7.6.7. Divulgação

O material de divulgação existente atualmente para o PECE pode ser dividido em duas categorias: meio eletrônico e meio impresso. O primeiro está concentrado num vídeo produzido pelo Instituto Florestal que trata pelas informações técnico-ambientais; o segundo num folheto ilustrativo do Parque Estadual da Campina do Encantado, e é distribuído indistintamente a todo visitante.

Para as unidades que desejam ampliar a visitação a estratégia de marketing deve ser centrada em públicos diferentes: o específico representado por técnicos e pesquisadores e outro representado pelos visitantes em geral. O material de divulgação deve ser específico e adequado para cada nicho - para o primeiro grupo informações científicas, legais e institucionais e para o segundo grupo, informações sobre equipamentos de lazer e recreação, informações ambientais a respeito das trilhas, sambaquis, horário de funcionamento, etc.

7.6.8. Sinalização

A sinalização turística do Parque Estadual da Campina do Encantado é dividida entre sinalização de acesso e de informação ao visitante, sendo que ambas seguem os padrões institucionais. A sinalização de acesso é apenas indicativa, apontando o rumo para se chegar à sede do parque e encontram-se localizadas nas estradas, nas proximidades da unidade. O padrão é determinado pelo Departamento de Estradas e Rodagem – DER (em metal com fundo azul e letras em branco). A sinalização de informação encontra-se localizada no interior do parque e segue o padrão do Instituto Florestal. Embora não seja um padrão legal, como as do DER, são tradicionalmente utilizadas em todas as unidades de conservação administradas pelo SIEFLOR e são constituídas de placas de madeira reflorestada e tratada, pirografada e pintada de branco.

A sinalização de informação ao visitante pode ser classificada de duas formas:

- (i) indicativa e
- (ii) interpretativa.

A sinalização indicativa está posicionada, principalmente, no início da trilha da Campina e das Palmáceas, e na trilha Brejaúva, caracterizando-se por apresentar somente o nome da árvore para a qual se deseja chamar a atenção. Já a sinalização interpretativa é disponibilizada em alguns equipamentos existentes na área de uso intensivo, como o poço artesiano, a estação meteorológica e a trilha da Brejaúva, que prima pela inserção de informações que contribuem para maior compreensão dos aspectos ambientais (Figs 80 e 81).



Figuras 80 e 81. Sinalização indicativa e interpretativa de informação ao visitante

7.6.9. Atrativos do Parque Estadual da Campina do Encantado

Os principais atrativos do Parque Estadual da Campina do Encantado são a turfeira rica em gás metano, onde se pode queimar o gás canalizado do subsolo através de um furo produzindo uma chama característica de 80 cm acima do solo – motivo este do local ser conhecido por Campina do Encantado, originando inúmeras lendas locais. Destaca-se ainda a presença de expressivos sambaquis – o sambaqui do Encantado e o sambaqui Lombada Grande de aproximadamente 10 metros de diâmetro por 05 metros de altura bastante conservados. Especialistas divergem quanto ao verdadeiro significado histórico desses sítios arqueológicos, contudo já existem algumas certezas quanto aos hábitos do homem do sambaqui. Ele seria nômade, ou, pelo menos, seminômade. O ciclo de ocupação e abandono da área de um sambaqui podia se repetir várias vezes, originando verdadeiras colinas que hoje se destacam na paisagem como enormes acúmulos de conchas (Uchôa, 1993). Estudos recentes efetuados pelo Instituto Geológico, indicam que estes sambaquis são os mais antigos da região, com cerca de 5.000 anos.

Existem atualmente no PECE três trilhas destinadas ao programa de uso público: a trilha da Brejaúva, a das Palmáceas e da Campina. Todas apresentam basicamente os mesmos atrativos - a fauna, a vegetação e as turfeiras, destacando-se a trilha da Campina devido a sua maior extensão e a possibilidade de visualizar a queima do gás metano, contudo, esta trilha só pode ser utilizada na época da seca - de maio a setembro, ficando submersa na época das cheias.

A trilha da Brejaúva é auto-guiada, com sinalização interpretativa, e atualmente, a mais utilizada pelos visitantes do PECE. Situada junto à trilha da Campina, o principal atrativo é a vegetação bastante preservada, com trechos de turfa. A distância de aproximadamente 900 metros é percorrida em cerca de 30 minutos.

A trilha das Palmáceas demora cerca de 1 hora para ser percorrida, num trecho de aproximadamente 1,5 Km, não estando, ainda, inteiramente estruturada para a recepção de visitantes.

O sistema de trilhas do PECE ainda está em fase de organização podendo contar, no futuro, com mais opções frente ao proposto até o momento devido à diversidade de ambientes existentes na unidade, como a conjugação das trilhas com passeios de barco pelos rios da região.

7.6.9.1. Trilha da Campina

Foi realizado um estudo detalhado da trilha da Campina considerando-se:

- caracterização geral;
- mapa (percurso, pontos de fragilidade, pontos de facilidade e potencialidade);
- aspectos de fragilidade para uso público;
- facilidade e dificuldade para o percurso;
- segurança do usuário; e
- potencialidade.

Caracterização Geral

A trilha da Campina tem cerca de 8 km de extensão, num percurso de formato relativamente linear que atravessa o PE da Campina do Encantado no sentido longitudinal em relação aos seus limites (Mapa 8. Infra-estrutura e atrativos turísticos do Parque Estadual da Campina do Encantado). Durante o trajeto, que pode durar entre 4 e 8 horas, dependendo das condições climáticas, o visitante tem contato com diversos ecossistemas, como ambientes de brejos (paludícula), floresta de turfeira, floresta alta de restinga e floresta de restinga. Caminhando-se por aproximadamente 3 km, atinge-se a área da campina propriamente dita, e mais à frente, a 4 e 6 km, os sambaquis Lombada Grande e Encantado, respectivamente.

Atualmente pode-se percorrê-la das seguintes maneiras:

- (i) completando todo o percurso num único sentido, com ponto de partida em qualquer uma das entradas: a leste pelo rio, ou a oeste pela entrada oficial do parque;
- (ii) realizando uma pequena parte do percurso, em sentido duplo (ida e volta), saindo próximo a sede e limitando-se até o final do trecho que foi estivado com madeiras; e
- (iii) fazendo cerca de metade do trajeto, em sentido duplo (ida e volta), partindo do ancoradouro situado no rio Pariquera-Açu ou do núcleo de visitação até a turfeira.

A demanda para a utilização da trilha é formada em sua maioria por escolas que, em geral, preferem percorrê-la a partir da sede, e por visitantes espontâneos, que muitas vezes optam pela entrada via rio Pariquera-Açu para poderem chegar até a turfeira.

Atributos Georeferenciados

A trilha da Campina foi percorrida, sendo que seus principais atributos foram georeferenciados e classificados em três tipos: fragilidade, facilidade e potencialidade.

Tabela 48. Classificação e localização dos atributos da trilha da Campina.

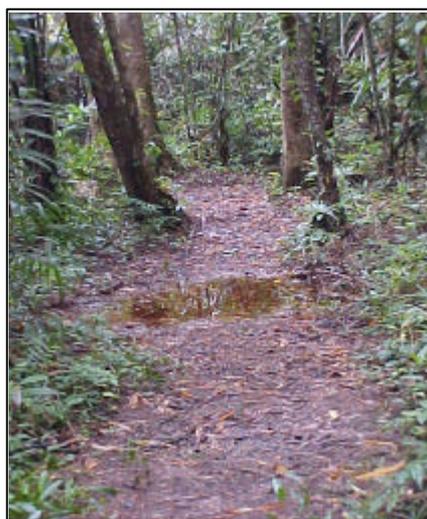
Tipo de atributo	Ponto	Coord. X	Coord. Y
▪ Fragilidade	▪ Trecho alagadiço	215650	7271567
	▪ Trecho alagadiço	215635	7271539
	▪ Trecho alagadiço	216060	7271772
	▪ Trecho alagadiço	216643	7271994
	▪ Campina	218544	7272274
▪ Facilidade	▪ Trecho estivado	215650	7271567
	▪ Trecho plano leste	221183	7273759
▪ Potencialidade	▪ Floresta de Restinga	218544	7272274
	▪ Campo de Bromélias	217141	7272141
	▪ Sambaqui Lomba Grande	219647	7272353
	▪ Sambaqui do Encantado	220859	7273419

Aspectos de fragilidade para uso público

Considerou-se como aspectos de fragilidade para uso público aqueles relacionados às características ambientais do percurso da trilha da Campina que devido à visitação podem sofrer impactos negativos acima do desejado para os objetivos de conservação do PE da Campina do Encantado.

Embora o ecoturismo esteja intrinsecamente relacionado com a conservação do ambiente natural e cultural provoca impactos, aqui entendidos como qualquer alteração seja ela positiva ou negativa, de uma dada situação. Para a minimização dos impactos negativos da presença humana sobre estes ambientes frágeis há necessidade do manejo adequado. Diversas ferramentas podem ser utilizadas para uma gestão eficiente dos impactos decorrentes do uso de determinada trilha, dentre as quais a técnica de determinação da Capacidade de Carga – CC e dos Limites Aceitáveis de Mudança – LAC.

As principais fragilidades identificadas na trilha da Campina estão relacionadas ao tipo de ambiente em que esta se encontra, principalmente numa área de floresta de restinga situada próxima à entrada via Núcleo de Visitação. Tal trecho, estimado em pouco mais que 1.000 metros, já se encontra, em parte, preparado para a recepção de visitantes devendo, contudo, envolver esforços para sua finalização. A estrutura atual da trilha não permite a passagem de grupos de visitantes, devido a raízes expostas e brejos, e inviabilizando-a para um programa de visitação pública adequada. Além deste trecho específico, outras fragilidades encontradas na trilha estão relacionadas a pequenos pontos de inundação que ocorrem, esporadicamente, entre o “campo de bromélias” e o sambaqui do Encantado (Figs. 82 e 83).



Figuras 82 e 83. Alguns pontos mostrando fragilidades na trilha da Campina (Ambiental Consulting)

Como alternativa, para estes trechos, sugere-se o calçamento seguindo o padrão já existente: - trata-se de estivas de madeira colocadas sobre as raízes que possibilitem a passagem de pessoas sobre a área inundada. Esta medida evita o alargamento da trilha devido ao desvio realizado pelos visitantes que pode, acima de um determinado volume, causar impactos irreversíveis na vegetação. Há que se ressaltar, contudo, que esta solução deve ser encarada como emergencial, tendo em vista que a madeira utilizada como “tablado” acumula limo e deixa a superfície escorregadia. É recomendável a contratação de estudo completo que apresente alternativas de implantação de equipamentos facilitadores que equacione a questão de conservação com o conforto oferecido ao visitante, considerando-se os impactos decorrentes a curto e médio prazo.

Os maiores atrativos da trilha são também as áreas detectadas como de extrema fragilidade: o “campo das Bromélias”, a turfeira e os sambaquis Lombada Grande e o do Encantado. Estes trechos, devido a singularidade – ambiental ou histórica - atraem grande número de visitantes, e devem ser melhor estruturados para recepção de turistas e/ou estudantes, com calçamento adequado, que direcione os fluxos de forma a causar o mínimo impacto, sinalização interpretativa e pontos de observação.

Facilidade e dificuldade para o percurso

As dificuldades existentes na trilha da Campina estão relacionadas às particularidades do ambiente alagadiço em que está inserida, sendo estes trechos alagados os detectados como os de maior dificuldade para uma visitação mais intensa. Contudo, se implantadas estruturas adequadas, que facilitem a passagem de pessoas, a trilha não apresentaria dificuldade, pois é plana, sem aclives ou declives acentuados, e não oferece outros tipos de riscos. Implantando-se as pequenas adaptações elencadas, a trilha pode ser caracterizada como de fácil percurso, e percorrida por diferentes tipos de visitantes – desde crianças até idosos.

Segurança para o usuário

A única recomendação quanto à segurança do visitante ao percorrer a trilha da Campina, é relativa ao período do ano – evitar os meses entre novembro e abril, época das chuvas, quando os trechos estão permanentemente alagados. Nos demais aspectos a trilha não apresenta grandes riscos relacionados à fauna, como a presença de animais peçonhentos e de plantas que provocam reações alérgicas.

Não há registro de acidente na trilha. Talvez por esta característica, olvidou-se de preparar o parque para uma situação de emergência, contando-se com apenas uma caixa de primeiros socorros no Centro de Visitantes. Da mesma forma, não há funcionários ou monitores treinados para o atendimento de primeiros socorros, bem como não existe um plano para a remoção de acidentados das trilhas. É necessário que se elabore uma estratégia de segurança para a visitação pública, com o treinamento de pessoal para busca e resgate em trilhas e atendimento em primeiros socorros, além de aquisição de equipamentos adequados para tais situações.

Potencialidade

O atrativo principal, já explorado turisticamente, e considerado o maior diferencial do PE da Campina do Encantado, é a Floresta de Turfeira, popularmente denominada como “Campina do Encantado”, e os sambaquis. Trata-se de uma depressão do terreno localizada na porção central do parque, com grandes depósitos de turfa. A turfa, é rica em gás metano, e furando-se o solo fofo e ascendendo-se um fósforo sobre o orifício, vê-se uma chama característica de 80 cm se levantar do chão; é o Fogo da Campina do Encantado, combustão de gases resultantes da decomposição orgânica do solo (Fig. 84).

Entre 2006 e 2008, pesquisadores do Instituto Geológico realizaram estudos bastante completos para identificar e caracterizar a gênese da área hoje denominada “campina”. A conclusão aponta para a suspensão desta atividade até que estude alternativas de instalação de equipamentos que permitam controlar a queima do gás, tendo em vista as incertezas em relação a segurança ambiental a fim de evitar início de incêndios e possíveis acidentes não previsíveis.



Figura 84. Floresta de Turfeira na trilha da Campina (Ambiental Consulting)

A potencialidade identificada na trilha da Campina está relacionada aos aspectos ambientais e históricos do local onde está situada, contextualizando-a como um atrativo diferencial no mercado ecoturístico regional.

Outros atrativos naturais são a floresta de restinga, localizada no trecho oeste da trilha e com uma cobertura arbórea relativamente fechada, com trechos dominados por bromélias terrestres – identificado no mapa 8 como “campo de bromélias” (Figs 85 e 86).

Por fim, como atrativo natural potencial, destacam-se os rios que circundam o PECE, notadamente o Pariquera Açu e o Pariquera Mirim, que possibilitam a realização de passeios relacionados à observação de fauna, particularmente de pássaros. (Fig. 87).



Figuras 85 e 86. Floresta de restinga e campo de bromélias na trilha da Campina (Ambiental Consulting)



Figura 87. Aspecto de um dos rios da região (Ambiental Consulting)

Para melhor aproveitamento das potencialidades existentes na área do Parque Estadual da Campina do Encantado, é importante a estruturação adequada dos atrativos diferenciais, com a implantação de um programa de interpretação ambiental – com sinalização adequada informando ao visitante os diversos aspectos singulares da Campina do Encantado. Também a implantação de novas trilhas, bem como a existência de passeios de barco – motorizados ou não, pelos rios da região, o que possibilitaria uma permanência maior dos visitantes no parque como também a oferta de um roteiro integrado – trilha/rio, aonde se poderia vislumbrar toda a singularidade deste ambiente tão rico e diferencial do vale do Ribeira.

7.6.10. Objetivos do Programa de Uso Público

- Propiciar aos visitantes do PECE o contato com a natureza, através de experiências recreativas e educativas, motivando-os para práticas conservacionistas e sustentáveis;
- Contribuir para o desenvolvimento humano, sócio-cultural e econômico das comunidades vizinhas;
- Incentivar processos reflexivos que possibilitem a construção de princípios, valores e posturas voltadas à conservação da biodiversidade;
- Realizar a gestão da visitação.

7.6.11. Indicadores de Efetividade

- Dados de visitação informatizados e disponíveis para análise e gestão;
- Impactos da visitação avaliados sistematicamente;
- Visitantes satisfeitos com os serviços prestados;
- Número de roteiros e atividades ampliados;
- Número de moradores do entorno envolvidos com atividades de uso público;
- Programa de educação ambiental elaborado e implantado;
- Materiais educativos para diversos públicos;
- Número de funcionários e parceiros capacitados;
- Comunidade local com percepção positiva em relação ao PECE;
- Ampliação do número de parcerias formalizadas;

7.6.12. Diretrizes

As Diretrizes foram formuladas procurando promover uma varredura das necessidades do PECE e devem representar todos os grandes temas do Programa de Uso Público. São estrategicamente estruturadas, e promovem o agrupamento de temas afins através das Linhas de Ação. Como as ações são correlacionadas, o avanço de uma diretriz impulsiona outras. A implementação das Diretrizes permite que os objetivos do Programa sejam alcançados.

7.6.13. Diretrizes e Indicadores

Os elementos deste Programa estão organizados em Diretrizes, que por sua vez têm objetivos e indicadores, elencados na seguinte tabela:

Tabela 49. Diretrizes e indicadores

Programa Uso Público	Objetivos	Indicadores
<p>Diretriz 1 Gestão da visitação</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dispor de equipes capacitadas para gestão e manejo do uso público ▪ Implantar sistema de monitoramento dos impactos da visitação e de levantamento de dados sobre o uso público 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Parceiros capacitados ▪ Dados de visitação tabulados e disponíveis para análise e gestão ▪ Impactos da visitação avaliados periodicamente
<p>Diretriz 2 Infra-estrutura de apoio à visitação e material de divulgação</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Adequar e ampliar a infra-estrutura disponível para atividades de uso público ▪ Aumentar as oportunidades de recreação 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Construção, reforma e melhoria na infra-estrutura disponível ▪ Implantação e adequação de trilhas e atrativos ▪ Ampliação da visitação controlada
<p>Diretriz 3 Aprimoramento da monitoria ambiental</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Regulamentar e formalizar o relacionamento com monitores ▪ Adequar e melhorar a qualidade dos serviços prestados pelos monitores ambientais 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Operação dos monitores regulamentada e formalizada ▪ Visitantes satisfeitos com os serviços prestados pelos monitores ambientais
<p>Diretriz 4 Relacionamento com a comunidade local</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoiar e incentivar as atividades relacionadas ao uso público que possam ser desenvolvidas em parceria com a comunidade local 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Comunidade local com uma percepção positiva sobre o ecoturismo ▪ Número de projetos de ecoturismo envolvendo a comunidade local ▪ Número de moradores da ZA envolvidos com atividades sustentáveis de uso público
<p>Diretriz 5 Aperfeiçoamento das atividades de educação ambiental</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aperfeiçoar as atividades voltadas para a educação ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Infra-estrutura e materiais educativos diferenciados ▪ Projetos específicos a públicos específicos ▪ Número de parcerias com atores especializados no tema

7.6.14. Linhas de Ação

As Linhas de Ação são a materialização das diretrizes em temáticas específicas e se constituem num conjunto de atividades, em um contexto ou ainda em uma intenção, ainda que em alguns momentos as atividades se façam explícitas e bem pontuadas, a medida que se encontram amadurecidas pelas equipes. A implementação das Linhas de Ação permite que o objetivo de uma determinada Diretriz seja alcançado. As Linhas de Ação apresentadas a seguir levaram em conta as necessidades de execução e não a capacidade atual de execução.

Diretriz 1. Gestão da Visitação

Diversos aspectos devem ser abordados quando se trata da gestão do programa de uso público. A estruturação de todos os elementos envolve ações de controle, registros, administrativos e outros que dão embasamento à tomada de decisões sobre qual público e qual projeto ou atividade devem ser priorizados num determinado momento.

LA1. Aprimorar a gestão da visitação

Uma das principais ações para o aprimoramento da gestão de visitação está relacionada à normatização e regulamentação das atividades de uso público do PECE, inclusive com Portaria de regulamentação da visitação e cobrança de ingresso. Complementarmente, um programa de capacitação continuada de funcionários e monitores que trabalham na recepção dos visitantes do parque, no monitoramento em trilhas e no desenvolvimento de atividades de educação ambiental, pode ser uma forma adequada para implementação desta LA. Os principais temas a serem abordados são:

- Treinamento em primeiros socorros;
- Manejo de trilha e da visitação;
- Elaborar/aplicar normas de conduta de visitantes no interior do PE da Campina do Encantado.

LA2. Monitorar os impactos do uso público

Assim como o registro de entrada e saída dos visitantes, o monitoramento de impactos ambientais causados pelo uso público é um procedimento básico para o manejo da visitação, pois permite que decisões sejam tomadas com base em dados da realidade, visando compatibilizar o uso e a conservação do patrimônio natural.

À exemplo de outros trabalhos já desenvolvidos em UCs no Brasil, como um trabalho conduzido nos Parques Nacionais do Itatiaia, Chapada dos Veadeiros e Marinho dos Abrolhos (DINES & PASSOLD, 2006), a efetividade na implantação de Planos de Monitoramento de Impactos do Uso Público é maior quando o processo de construção de princípios, critérios e indicadores for realizado de forma participativa.

Tendo em vista que sua operacionalização irá requerer quadro de pessoal não disponível no PECE, sugere-se sua implementação através de parcerias que podem se dar com os monitores ambientais da Associação Vidas Verdes, que já teve trabalhos mais próximos ao parque, como com os Jovens ECOncientes, desde que devidamente preparados para desenvolver atividades de monitoramento de trilhas.

LA3. Traçar o perfil, expectativas e aferir a satisfação do visitante do PE da Campina do Encantado

Conhecer o perfil do visitante seja aquele que já esteve no local ou aquele que se deseja atrair, é fundamental em qualquer diagnóstico da situação atual, como para a construção de prognósticos. A deficiência desse tipo de dado é grande no PECE, e pode influenciar o conhecimento da atividade e a tomada de decisões.

Dados quantitativos devem ser recolhidos permanentemente. Para isso, são necessárias fichas de recepção em que sejam efetuados registros diários e contínuos sobre o número de visitantes, duração da visita e demais dados demográficos (faixa etária, procedência, entidade representada no caso de grupos ou visitas institucionais).

De outra forma, dados qualitativos podem ser recolhidos esporadicamente, porém seguindo-se uma periodicidade definida. A realização de pesquisas sobre os visitantes parece ser a forma mais eficaz de se obter estas informações. Neste caso, é importante o planejamento sobre as questões a serem abordadas, a padronização das planilhas de controle dos visitantes, e a aferição dos entrevistadores. A seguir algumas propostas de temas para o questionário:

- Características da visita: tamanho do grupo, atividades desenvolvidas e duração da visita.
- Características do visitante: experiência anterior em áreas protegidas (quantas vezes já visitou uma UC) e dados demográficos (idade e escolaridade).
- Percepções do visitante: avaliação dos visitantes sobre as condições encontradas durante a visita e como esta percepção influenciou na qualidade da sua experiência e grau de satisfação com relação ao serviço de monitoria.
- Expectativas anteriores: o que os visitantes esperavam encontrar no parque.

LA4. Elaborar Plano Estratégico de Cobrança de Serviço

Diretriz 2. Infra-estrutura de apoio à visitação e material de divulgação

Embora o PECE apresente condições adequadas de infra-estrutura e disponibilidade de equipamentos, não se mostram ainda suficientes, havendo necessidade de aprimoramento de alguns elementos existentes e construção de algumas edificações complementares, que atendam ao desenvolvimento do programa de uso público.

LA1. Implantar melhorias na infra-estrutura de recepção e hospedagem de visitantes, incluindo portadores de necessidades especiais

A infra-estrutura necessária para a implantação adequada destas atividades inclui a construção de alojamento específico para técnicos e pesquisadores, conclusão do estacionamento, loja de *souvenirs*, equipamentos para recreação infantil, instalação de estrutura receptiva no rio Pariquera Açu (atracadouro e sanitários), visando oferecer opções diferenciadas de passeios, além de concluir a infra-estrutura para camping, que já se encontra em operação no Núcleo de Visitação .

Realizar estudos sobre a viabilidade econômica e ambiental da implantação destas estruturas propostas é fundamental. As edificações descritas nesta LA deverão

atender a um padrão de materiais e ambiência adequados a áreas protegidas, sobretudo em relação a estética, funcionalidade, durabilidade e custo de manutenção, saneamento básico, aspectos ergonômicos e de acessibilidade universal.

Na oficina realizada em outubro, foi sugerida ainda a implantação de um observatório de aves, como alternativa a atividades ambientais que possam ser realizadas no PECE, considerando-se a riqueza de espécies diagnosticadas no inventário de avifauna (Capítulo 4 – Caracterização da Fauna).

LA2. Aprimorar o sistema de trilhas voltadas para uso público

As trilhas existentes no PECE são, em boa parte, antigos caminhos abertos pelas comunidades locais antes da criação do parque. O uso para visitação pública ao longo dos anos destes caminhos e de outros atrativos exige manejo contínuo, adequação ao tipo e intensidade de uso, com a regularização do piso, controle de drenagem, pequenas obras como trocas constantes de estivas de madeira, uma vez que acumulam limo, e em alguns casos o redesenho do percurso.

As ações sugeridas no PECE são as seguintes:

Aperfeiçoar o programa de interpretação ambiental existente em toda área destinada ao uso público, na Zona de Uso Intensivo, mesclando sinalização indicativa e interpretativa nos equipamentos instalados. As trilhas da Brejaúva e das Palmáceas devem ser concluídas, considerando-se a colocação de estivas e sinalização interpretativa.

Na trilha da Campina além das estivas nos trechos alagados, implantar sinalização interpretativa no “campo de bromélias”, na turfeira e nos Sambaquis Lombada Grande e do Encantado. Além disso, todas as ações relativas ao perfil do visitante e monitoramento de impactos devem ser implementadas, dada a fragilidade deste ambiente.

A implantação de novos roteiros, bem como as intervenções a serem propostas deverão ser identificadas em estudos realizados por equipes especializadas, atentando para a fragilidade do terreno, refúgio de fauna, intensidade de uso, dificuldades de acesso/segurança e de manutenção das trilhas, considerando a capacidade de suporte, mas também outras técnicas da ecologia da recreação pertinentes.

Neste grupo de ações destaca-se a implantação de roteiros integrados (trilha/rio), referendado na última oficina, agregando-se ao roteiro trilha/rio o elemento rural. Este roteiro propicia uma permanência prolongada dos visitantes no parque, conseqüentemente, permite que aprecie melhor as riquezas naturais; por outro lado permite oferecer oportunidade de geração de emprego e renda na área de entorno, por meio da terceirização de serviços de transporte de barco e visitas às fazendas de criação de búfalo ou plantio de chá, dentre outras.

LA3. Ampliar e direcionar a divulgação do PE da Campina do Encantado

A divulgação do PECE se dá atualmente de forma homogênea. Há apenas um folheto e um vídeo técnico-institucional, distribuídos e apresentados indistintamente a todo tipo de público que visita o parque. Duas categorias de público podem ser diferenciadas: os visitantes espontâneos e os estudantes; há ainda um terceiro grupo, embora seja

muito baixo o percentual de frequência ao PECE - o de técnicos e pesquisadores. A divulgação do parque, deve ser, além de ampliada, direcionada aos diversos tipos de público. Para estas categorias (e grupo) a divulgação já poderia ser melhor direcionada aproveitando-se das diversas ferramentas de mídia disponíveis atualmente (Material de divulgação para estudantes estão previstos na Diretriz 5 LA2). Na oficina foi destacado que a divulgação do Parque Estadual da Campina do Encantado é centrada na turfeira, mas que deve abarcar também o patrimônio histórico-cultural (samabaquis), a fauna e o ambiente como um todo. Do ponto de vista geral, as propostas apresentadas são:

- Adequar o material de divulgação do parque buscando parcerias e patrocínios para sua elaboração;
- Elaborar uma Home page do parque e articular para a inserção na página da prefeitura e da Fundação Florestal, e outra especialmente com os resultados dos estudos do PECE e sobre prioridades de pesquisa e inseri-la na página do Instituto Florestal, atualizando-as periodicamente.
- Estabelecer e /ou fortalecer parcerias com empresas locais, operadoras e outros

Diretriz 3. Aprimoramento da Monitoria Ambiental

Atualmente, com a entrada do PE da Campina de Encantado no Programa Trilhas de São Paulo, a contratação de um monitor ambiental foi efetivada pela Fundação Florestal e outra contratação encontra-se em curso.

Também os objetivos do projeto Jovens EConscientes enquadra-se totalmente no escopo desta Diretriz, visto que almeja capacitar jovens da região para propiciar a adoção de novas práticas que contribuam para o desenvolvimento sustentável, estimulando a busca do potencial protagonista do jovem e canalizando sua energia para ações que representem benefícios para o meio ambiente e para a sociedade. Assim, os jovens contribuem para disseminar conhecimentos sobre biodiversidade, sistemas ecológicos e seu potencial para práticas sustentáveis.

As demandas quanto a necessidade de monitoria ambiental se mostram explícitas quanto a obrigatoriedade de acompanhamento na trilha da Campina devido, principalmente, à distância e ao grau de fragilidade de determinados trechos da trilha, e nas trilhas da Brejaúva e das Palmáceas, quando agendado através do Projeto Trilhas de São Paulo. Outra demanda está apresentada na Diretriz 1-LA.2, com a possibilidade de monitores ambientais colaborarem no monitoramento de impactos nas trilhas. Portanto, há demandas e potencialidades - a questão maior que se apresenta é a preparação adequada desta equipe.

LA1. Fortalecer as parcerias existentes e a capacitação contínua dos monitores ambientais

Promover e/ou incentivar um processo de capacitação continuada, de modo a formar um grupo de monitores coeso e com trabalho qualificado, incentivando, se possível, a interação com pesquisadores científicos.

LA2. Inserir os monitores ambientais no planejamento e execução das atividades de educação ambiental e ecoturismo

Esta é uma atividade que deve ser incentivada e aprimorada. A gestão deste processo envolve reuniões quinzenais com os monitores e os assuntos tratados são, entre outros, a qualidade no atendimento, o agendamento de visitantes, provisão de informações (condição das estradas, trilhas disponíveis etc.), organização de escalas de trabalho das equipes, da logística das visitas e aspectos de segurança. É possível ainda, a depender do interesse do grupo, atribuir responsabilidades maiores quanto ao planejamento e desenvolvimento de atividades diferenciadas com escolares, desde que acompanhadas pelos professores.

Diretriz 4. Relação com a comunidade local

A articulação de ações com as propriedades e empreendimentos turísticos localizados na Zona de Amortecimento, ONGs e a Prefeitura Municipal de Paríquera Açu deve ser constantemente exercitada. A formalização das parcerias requer grande esforço, por parte do gestor da unidade, em função dos procedimentos burocráticos das instituições, contudo é conveniente que essas parcerias se concretizem oficialmente e se fortaleçam, constituindo-se em demonstração de boas práticas, contribuindo para ampliação das ações em áreas de conservação e proteção da biodiversidade e promovendo o desenvolvimento de negócios em bases sustentáveis no entorno.

LA1. Firmar e formalizar parcerias com instituições públicas, privadas e do terceiro setor

É fundamental a articulação e as parcerias com outras instituições públicas, empresas privadas e organizações do terceiro setor para promover o debate e consolidar procedimentos, regulamentos e projetos de forma a assegurar que o parque cumpra seus objetivos de conservação da natureza aliados à sua função de gerar conhecimento e permitir o lazer recreativo.

As alternativas de parcerias são muitas; elas se reduzem se o modelo idealizado for o de grandes projetos, contudo as relações se constroem gradualmente e deve-se aproveitar as oportunidades, ainda que não se traduzam em ganhos materiais e/ou imediatos.

O PECE já manteve um trabalho conjunto com a Prefeitura de Paríquera Açu, quando esta viabilizava o transporte a escolares para desenvolvimento de atividades educativas no PECE, paralisada devido à mudança de gestão administrativa. É necessário retomar a parceria e formalizá-la.

LA2. Promover o envolvimento dos produtores do entorno e dos empresários locais ligados ao turismo na discussão sobre o desenvolvimento regional do ecoturismo

As áreas mapeadas como Zona de Amortecimento do parque e os respectivos atores sociais são parte diretamente envolvida quando se fala em conservação de biodiversidade. Sensibilizar as empresas locais, as comunidades, as associações e os profissionais vinculados à cadeia produtiva de ecoturismo, visando o aperfeiçoamento

da gestão e qualidade dos serviços, a identificação de novas oportunidades de negócios e o desenvolvimento de produtos, em sinergia com os objetivos do parque, é de fundamental importância.

LA3. Incentivar a implantação de infra-estrutura receptiva no entorno do PE da Campina do Encantado

Manter contato com a Prefeitura de Pariqueira -Açu e empresas da região no sentido de se estabelecer um programa de fomento visando atrair investimentos (pousadas, restaurantes, camping) que se mostrem comprometidos com os processos de sustentabilidade do parque e do entorno. Nesse caso há que se ter clareza sobre certos princípios e sobre a necessária qualificação dos mesmos com relação à qualidade dos serviços a serem prestados e o tipo de público a que se destinam.

Além disso, a ampliação e melhoria dos serviços ambientais prestados pelo PECE e o conseqüente aumento de afluxo de visitantes poderá reverter numa melhor qualificação do setor hoteleiro para outros segmentos. Hoje em dia, os meios de hospedagem disponíveis em Pariqueira-Açu são precários e encontram-se direcionados ao turismo de negócios - comerciantes, representantes de venda e outros, que em diversos casos se deslocam para cidades vizinhas devido a má qualidade da hotelaria local.

Diretriz 5. Aperfeiçoamento das Atividades de Educação Ambiental

LA1. Estabelecer parcerias com atores especializados em educação ambiental.

A situação atual do parque em relação à equipe responsável pelo trabalho de educação ambiental caracteriza-se pela carência de recursos humanos especializados no tema. A parceria é fundamental e há que se buscar parcerias com organizações especializadas no desenvolvimento de programas de educação ambiental. O vale do Ribeira, conta com inúmeras ONGs, OCIPS, Associações e Grupos comprometidos com as causas sociais e ambientais e que poderiam realizar trabalhos em conjunto com o parque, suprimindo a carência de profissionais especialistas no tema. O envolvimento da Secretaria da Educação do Município é fundamental nestas articulações.

LA2. Disponibilizar materiais educativos e infra-estrutura especializada

Materiais educativos são recursos importantes no desenvolvimento de programas de educação ambiental, tanto no atendimento ao público visitante quanto no apoio aos processos de capacitação, seja qual for a escolha metodológica ou o tipo de estratégia adotada nesses processos.

Atualmente o parque conta com edificações adequadas e materiais básicos para o desenvolvimento de atividades de educação ambiental. Entretanto há a necessidade de aprimoramentos, incrementando e diversificando a infra-estrutura e os materiais existentes. Foram elencadas as seguintes ações fundamentais:

- elaboração de cartilhas, material didático para estudantes e professores abordando temas como sambaquis, turfeiras, ecossistemas inundáveis, migração de aves e outros;
- edificação de um laboratório de educação ambiental;

- Articular com os pesquisadores para a elaboração de manual de identificação de fauna no PECE;
- Promover palestras, seminários e outros eventos voltados à educação ambiental;
- Promover o treinamento específico dos professores das escolas do município
- Manter e ampliar as atividades relacionadas ao viveiro de mudas nativas
- Estabelecer projetos específicos, por diferentes faixas etárias

7.6.15. Síntese das Diretrizes e Linhas de Ação

Tabela 50. Síntese das Linhas de Ação segundo as Diretrizes

Programa de Uso Público	
<p>Diretriz 1 Gestão da visitação</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aprimorar a gestão da visitação ▪ Monitorar os impactos do uso público ▪ Traçar o perfil, expectativas e aferir a satisfação do visitante do PECE ▪ Elaborar Plano Estratégico de cobrança de serviço
<p>Diretriz 2 Infra-estrutura de apoio à visitação e material de divulgação</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implantar melhorias na infra-estrutura de recepção e hospedagem de visitantes ▪ Implantar sistema de trilhas voltadas para uso público ▪ Ampliar e direcionar a divulgação do parque
<p>Diretriz 3 Aprimoramento da monitoria ambiental</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fortalecer as parcerias existentes e a capacitação contínua dos monitores do parque ▪ Inserir os monitores ambientais no planejamento e execução das atividades de educação ambiental e ecoturismo
<p>Diretriz 4 Relação com a comunidade local</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Firmar e formalizar parcerias com instituições públicas, privadas e do terceiro setor ▪ Promover o envolvimento dos produtores e empresários locais ligados ao turismo na discussão sobre o desenvolvimento regional do ecoturismo ▪ Incentivar a implantação de infra-estrutura receptiva no entorno do PECE
<p>Diretriz 5 Aperfeiçoamento das atividades de educação ambiental</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estabelecer parcerias com atores especializados em educação ambiental ▪ Disponibilizar materiais educativos e infra-estrutura especializada

